

**MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL,
DA JUVENTUDE E DOS DIREITOS HUMANOS**
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais

PLANO DE AÇÕES DO QUILOMBO KALUNGA

Municípios de
Cavalcante,
Monte Alegre de Goiás e
Teresina de Goiás
Estado de Goiás

Brasília/DF, 10 de Maio de 2016



**Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial,
da Juventude e dos Direitos Humanos**
Seppir - Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos
Nilma Lino Gomes

Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Ronaldo Sena Barros

Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais
Givânia Maria da Silva

Diretor de Programas
Dênis Rodrigues da Silva

Gerência de Projetos do Programa Brasil Quilombola
Lidiane Carvalho Amorim de Sousa

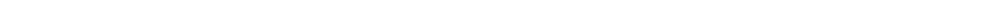
Equipe Técnica do Programa Brasil Quilombola
Emiko Aparecida de Castro Matsuoka
Francinete Pereira da Cruz
João Élcio dos Santos
Leonardo Passinato e Silva
Maria das Graças Serafim Cabral

Apoio Administrativo
Estela Aguiar de Sousa

Foto da capa
Natália dos Santos Rosa
Jovem quilombola do Território Kalunga,

Crédito da foto: Associação Quilombo Kalunga – AQK

Brasília/2016



“Ser Kalunga é resistência e luta!

Esse plano será uma grande conquista para a comunidade Kalunga, na prática é um grande desafio.

Enquanto Quilombola, espero que o Plano seja implementado de fato e que as políticas do Programa Brasil Quilombola sejam efetivadas no nosso território, principalmente de regularização fundiária, educação, cultura, saúde, direitos humanos para possibilitar dignidade para meu povo e condições de enfrentamento do racismo e das discriminações que vivenciamos todos os dias.

Buscamos políticas públicas planejadas e feitas com a participação efetiva das comunidades quilombolas, para que o Estado tenha uma compreensão das nossas realidades, das nossas prioridades e necessidades respeitando nossos direitos e especificidades culturais de ser um povo tradicional.

Esse Plano é um instrumento de planejamento de ações e compromisso do governo de políticas públicas e espero que essa prática seja adotada para todas as comunidades quilombolas do Brasil.

*Ser Kalunga é ter orgulho da origem,
cor da pele e textura do cabelo.
Ser Kalunga é lutar pelo reconhecimento,
lutar contra o racismo.
Sou Quilombola Kalunga, preta e mulher.”*

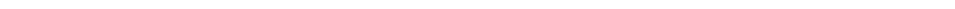
Estela Aguiar de Sousa
Quilombola da comunidade Kalunga



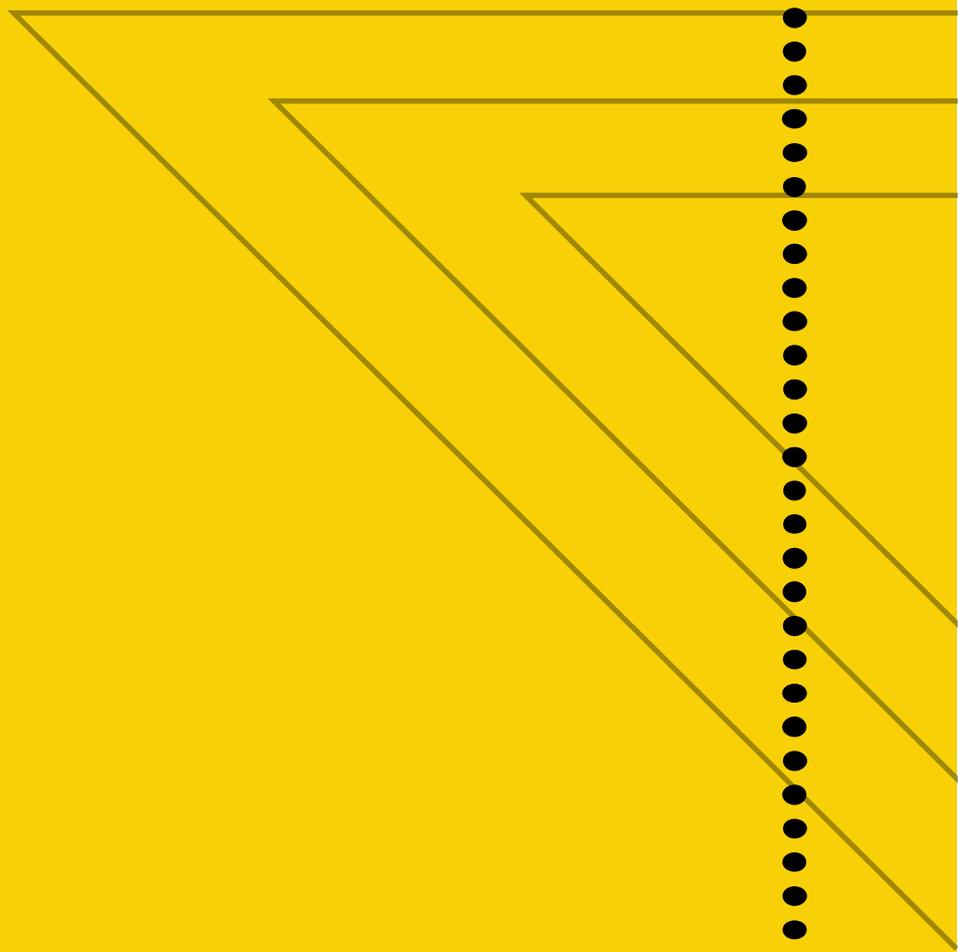
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR EIXO	13
a) Acesso à Terra	
b) Infraestrutura e Qualidade de Vida	
c) Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva	
d) Direitos e Cidadania	
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
ANEXOS	27

1. PLANILHA COM AS AÇÕES DETALHADAS POR MINISTÉRIO
2. MAPA DO TERRITÓRIO KALUNGA



1. INTRODUÇÃO





Dona Juliana, senhora quilombola, moradora da comunidade Engenho II – Território Kalunga
Créditos: Maria das Graças Serafim Cabral – SECOMT/SEPP/IRJDH

O quilombo Kalunga está localizado no norte do Estado de Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros, abrangendo três municípios, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás. A área do território quilombola Kalunga possui 262 mil hectares (ha) com, aproximadamente, 850 famílias quilombolas. Em 1991, o quilombo foi reconhecido como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural pelo Estado de Goiás e no ano de 2000, foi titulado pela Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão vinculado ao Ministério da Cultura (MinC). A competência para regularização dessa área foi transferida para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2003 e, cinco anos após, no dia 20 de novembro de 2009, o território foi reconhecido por um Decreto Presidencial.

O Plano de Ações apresentado neste documento, representa um esforço de articulação integrada das ações do Programa Brasil Quilombola (PBQ) para o território do quilombo Kalunga e destaca a importância deste importante Programa de Governo para as famílias quilombolas. Composto por um conjunto de iniciativas que objetivam principalmente a garantia de direitos, possui, como ponto de partida, as demandas apresentadas pelos próprios quilombolas, destacando-se ações de regularização fundiária, cidadania e infraestrutura, e inclusão produtiva.

A elaboração do Plano ocorreu a partir de agendas de trabalho entre diversos órgãos do Governo Federal, responsáveis por políticas voltadas para comunidades quilombolas, a saber: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Saúde (MS); Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério do Turismo (MTur); Ministério da Educação (MEC); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (MMIRJDH); e pela Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC).



Mapa do Território Kalunga elaborado pela comunidade
Créditos: Lidiane Carvalho Amorim de Sousa – SECOMT/SEPPIR/MMIRJDH



Romaria Império de Nossa Senhora da Abadia, localidade de Vão de Almas, Território Kalunga
Créditos: Weverson Paulino – Namuchila Expedições Fotográficas



Sede da Associação Quilombo Kalunga (AQK), localizada no município de Cavalcanti/GO
Créditos: Lidiane Carvalho Amorim de Sousa – SECOMT/SEPPIR/MMIRJDH

Nesse sentido, o Plano é um instrumento de planejamento, implementação e monitoramento de políticas públicas em caráter multissetorial e transversal no território quilombola Kalunga, considerando as ações do PBQ, algumas implementadas no ano de 2015 e outras a serem implementadas até 2017, sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Comunidades Tradicionais (SECOMT) da SEPPIR/MMIRJDH.

O quilombo Kalunga é emblemático pelos seus aspectos territoriais e pela relevância histórico-cultural e socioeconômica. Contudo, as graves violações de direitos humanos reveladas a público em 2015 em relação à comunidade, especialmente aquelas atentatórias a direitos fundamentais de crianças e adolescentes quilombolas, evidenciou uma complexa situação de vulnerabilidade social das famílias Kalunga, entre as quais se inclui as condições precárias de atendimento por políticas públicas. Dessa forma, a divulgação das violações ocorridas ensejou a articulação entre diversos órgãos federais, a fim de identificar e traçar estratégias de atuação conjunta.

Nessa perspectiva, foram realizadas reuniões durante o ano de 2015 com os órgãos federais que atuam no PBQ para construir um plano de ações integradas para o território Kalunga, cujo objetivo foi a proposição de uma agenda de governo para priorizar as ações e recursos orçamentários, para viabilizar a efetivação deste Programa em Kalunga.

Os indicadores apresentados no Plano são qualitativos, cuja averiguação é apreendida por meio de variáveis não numéricas, e quantitativos, os quais consistem naqueles que podem ser expressos em variáveis numéricas como números absolutos, área em ha, valores monetários, entre outros. Nesse quadro se encaixam os projetos



Crianças quilombolas do Território Kalunga
Créditos: Associação Quilombo Kalunga (AQK)

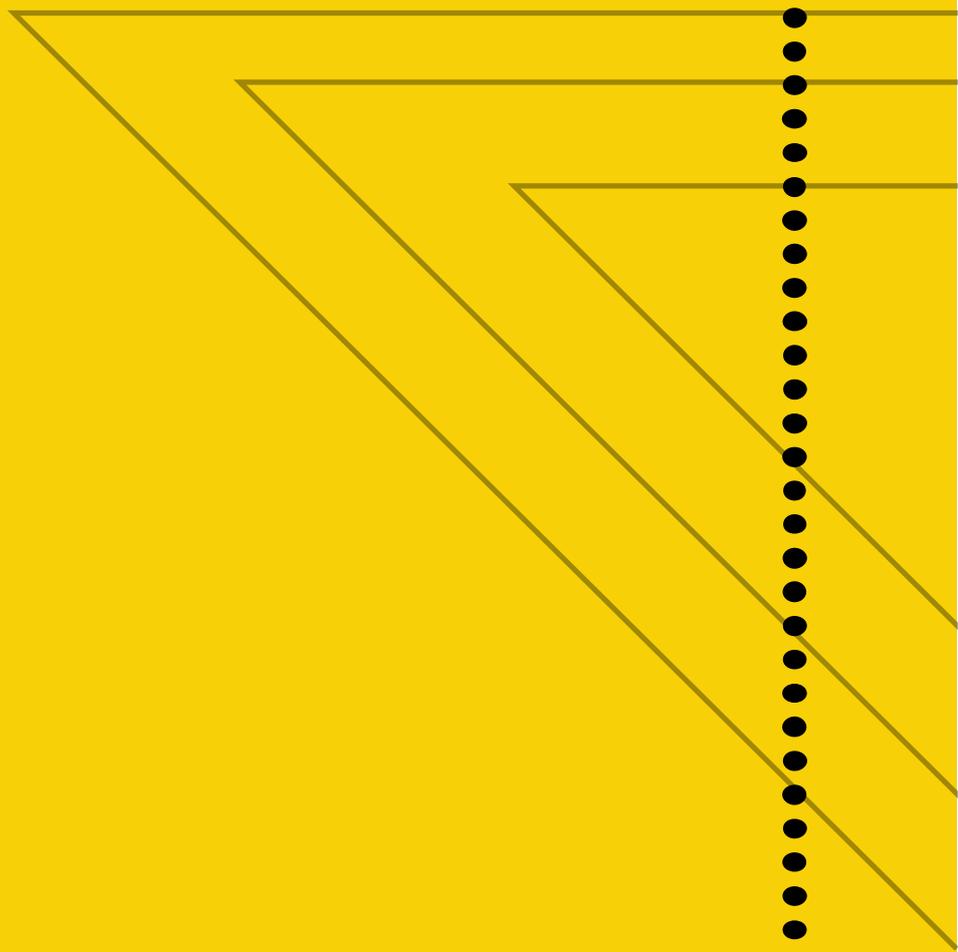
de fortalecimento da rede de assistência social; de erradicação da violência e ações de etnodesenvolvimento, no primeiro caso, e no campo dados quantitativos, pode-se citar a área em ha para fins de regularização fundiária; a quantidade emitida de identificações no âmbito do Selo Quilombos do Brasil; o número de participantes em processos de capacitação e conscientização; e o número de famílias beneficiadas pela implementação do Programa Luz Para Todos. Os indicadores de ambas as naturezas encontram-se presentes na planilha de ações propostas em anexo, distribuídos em torno das políticas organizadas conforme os eixos do PBQ.

A seguir, serão abordados os eixos do PBQ que agrupam as ações de políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas em quatro eixos temáticos, em seguida, haverá o detalhamento do Plano de Ações, considerando estas ações por eixo do Programa, conforme planilha de ações do Anexo I, do presente documento.



Atividade com as lideranças quilombolas na Oficina de Gestão Territorial em Kalunga
 Créditos: Francinete Pereira da Cruz – SECOMT/SEPPPIR/MMIRJDH

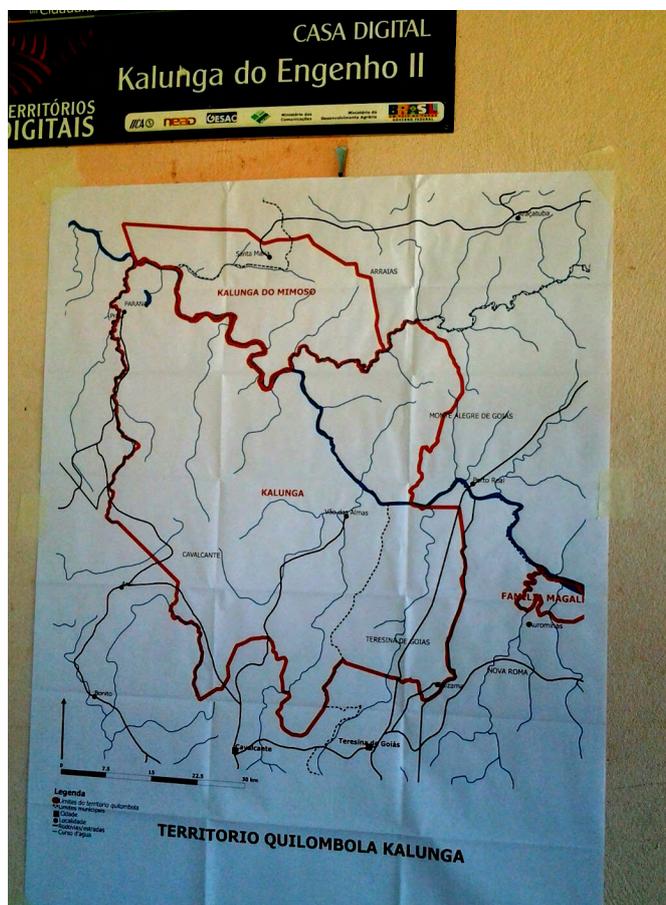
2. DETALHAMENTO DAS AÇÕES POR EIXO



a) Acesso à Terra

Este eixo compreende a execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a certificação das comunidades quilombolas pela FCP/MinC e posterior regularização fundiária dos territórios quilombolas, que culmina na titulação coletiva do quilombo, nos termos do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988.

Atualmente, o processo de regularização fundiária em andamento no INCRA está em fase de desintrusão, com entrega de títulos de domínio e de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) à comunidade, com 8.049,33 ha e 41.397,11 ha, respectivamente, totalizando 49.6446,44 ha destinado para o quilombo Kalunga, do total de 262.000 ha do território reconhecido, restando cerca de 63 mil ha de terras devolutas do Estado do Goiás e 142.553,56 ha de áreas particulares incidentes pendente de regularização fundiária para a comunidade.



* Mapa do Território Kalunga exposto na Oficina Gestão Territorial ocorrida na comunidade em abril de 2016
Créditos: Francinete Pereira da Cruz – SECOMT/SEPPIR/MMIRJ/DH

Até o momento foram ajuizados na Justiça Federal ações desapropriatórias para 18 imóveis rurais, que totalizam uma área de 52.358,26 hectares, com aporte de R\$ 36.117.643,85. Existem também mais três processos de desapropriação aptos a ajuizamento, em um total de 7.227,30 hectares na Justiça, faltando apenas a disponibilização de recursos financeiros para sua efetivação (a demanda para estes processos é de R\$ 5.753.596,99).

De acordo com o Decreto nº 4.887/2003, a competência para regularizar estas terras devolutas e destiná-las para a comunidade é do Estado de Goiás. Todavia, o INCRA e a Superintendência de Desenvolvimento Agrário e Fundiário do Estado de Goiás (vinculada à Secretaria de Desenvolvimento - SED/GO) estão realizando tratativas para definir a melhor maneira de formalizar a transferência da propriedade dessas áreas. Salienta-se que a Ação Discriminatória de Terras ainda não está transitada em julgado. Destaca-se, em 2015, a emissão de dois títulos em benefício do território Kalunga como resultado da atuação do INCRA e de 05 CDRU. O primeiro título abrange uma área de 1.405,2500 ha; e o segundo, de 4.624,0800 ha. A entrega dos títulos à comunidade ocorreu em cerimônia realizada no Palácio do Planalto no dia 19 de novembro de 2015, em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra.

Dos imóveis ajuizados, o INCRA já emitiu em nome da Associação Quilombo Kalunga 02 Títulos Definitivos, que representam uma área de 6.029,33 hectares e 12 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo (CCDRU), que totalizam uma área de 35.368 hectares.

b) Infraestrutura e Qualidade de Vida

Trata-se da consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (saneamento, habitação, eletrificação, comunicação e vias de acesso). Destaca-se, sob condução do MME, o início das obras para implementação do Programa Luz para Todos, cuja efetivação beneficiará 850 famílias quilombolas. O investimento previsto no novo contrato assinado em dezembro de 2014 para construção das obras é da ordem de R\$ 29 milhões, sendo R\$ 17,4 milhões recursos do Governo Federal.



Encontra-se em análise pelo MDA a possibilidade de utilização de equipamentos (retroescavadeira, motoniveladora e caminhão caçamba) disponibilizados aos municípios no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 para a recuperação de estradas vicinais que promoverão o acesso à comunidade quilombola, com previsão de realização em 2016.

c) Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva

Este eixo refere-se ao apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades. Sob a responsabilidade do MDA, encontram-se as seguintes ações, todas com previsão de execução até 2016: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - DAP, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Selo Quilombos do Brasil e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do território étnico Kalunga. A DAP identifica a família como beneficiária do PRONAF. Atualmente, há 477 Declarações emitidas para quilombolas nos três municípios em que se situa o território Kalunga, com possibilidade de subnotificação. A meta é a emissão de 1.100 Declarações em 2016.

Em relação à ATER e estímulo ao fomento direcionadas às famílias em situação de vulnerabilidade social, no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), a meta também é de atendimento a 1.100 famílias em 2016. Encontra-se em andamento no MDA, o relançamento da Chamada Pública de ATER para este território, visto que a Chamada inicialmente lançada não prosperou. Ainda não houve emissão do Selo Quilombos do Brasil, marca lançada em 2012 para a identificação de origem dos produtos de procedência quilombola. O MDA estabeleceu uma meta de emissão de 20 Selos no território Kalunga para 2016. É importante observar que representantes da comunidade encaminharam solicitações para 16 empreendimentos com demanda de identificação quilombola pelo Selo em outubro de 2015, pleito este que encontra-se em análise no órgão.

O Ministério apresentou a possibilidade de contratação de consultoria visando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do território étnico Kalunga. Os municípios em que a comunidade está localizada, compõem o Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros. Ainda há ações deste órgão para promover a divulgação do Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, identificando a demanda para entrega dos materiais e capacitação dos agentes de leitura.

O Ministério informa que foram implementadas, até setembro de 2014, 26 Arcas das Letras no território Kalunga e foram capacitados 51 agentes de leitura. Sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS há a ação referente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visa capacitar a comunidade para a comercialização dos excedentes de produção até final do primeiro semestre de 2016.

O MTur, por sua vez, elaborou ações com referência a este eixo. No âmbito da produção associada, encontra-se em execução o convênio nº 813101/2014, celebrado em decorrência do Edital de Chamamento Público nº 01/2014. O objeto do convênio referido consiste em apoiar a organização e o fortalecimento



Artesanato produzido no Território Kalunga
Créditos: Lidiane Carvalho Amorim de Sousa – SECOMT/SEPPIR/MMIRJDH.



Processamento artesanal da produção comunitária de mandioca
Créditos: Maria das Graças Serafim Cabral – SECOMT/SEPPIR/MMIRJDH.

lecimento desta comunidade localizada no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga para a gestão de serviços turísticos. A execução do convênio encontra-se em fase de realização do processo licitatório para contratação dos serviços previstos no Plano de Trabalho aprovado. A vigência do convênio se estenderá até novembro de 2016.

Outra ação proposta é a realização de cursos de capacitação profissional nos municípios de Cavalcante e Teresina de Goiás, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC Turismo, sendo que no município de Teresina de Goiás, a previsão é de 20 vagas no curso de agente de informações turísticas. O Ministério prevê ainda a realização de ações de infraestrutura nos municípios de Cavalcante e Monte Alegre de Goiás, com a construção de centros de atendimento a visitantes e a construção da Casa do Artesão, em 2016.



*Cachoeira de Santa Bárbara, Território Kalunga, Município de Cavalcante (Engenho II)
Créditos: Francinete Pereira da Cruz – SECOMT/SEPPPIR/MMIRJDH.*

A elaboração de plano de etnodesenvolvimento e economia solidária está previsto para ocorrer em 2016 pelo MTPS, através da identificação dos empreendimentos econômicos solidários do território Kalunga, além de ações para formação e capacitação para o cooperativismo e associativismo e comercialização, bem como o cadastramento de empreendimentos no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), por parte da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

d) Direitos e Cidadania

O quarto eixo do PBQ se refere ao fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, junto às comunidades quilombolas considerando critérios de situação de difícil acesso, impacto por grandes obras, conflitos agrários, acesso à água e/ou energia elétrica, e à educação e saúde.

O MMIRJDH possui uma série de ações planejadas para a comunidade, por meio da SDH, SEPPPIR e SPM, com o objetivo tomar providências mais céleres acerca das denúncias de violações de direitos humanos, principalmente em relação às meninas quilombolas da comunidade Kalunga. Inicialmente, houve a atuação da SDH e da Ouvidoria da SEPPPIR, resultando em um relatório de denúncias elaborado a partir das chamadas

realizadas ao Disque 100. Cabe destacar também o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR), tendo sido realizada a construção de um projeto com a Universidade de Brasília (UnB) para elaboração de diagnóstico da comunidade, com a finalidade de implementar o Programa no território Kalunga. No presente momento, a elaboração de referido diagnóstico encontra-se em andamento.

Ainda no âmbito deste Ministério, há o Programa Mulher Viver sem Violência, lançado pela Presidenta Dilma Rousseff, em 13 de março de 2013, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira.

A iniciativa foi transformada em Programa de Governo por meio do Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013. Em 2015, houve a doação de dois ônibus pela SPM, no valor total de R\$ 1 milhão, aproximadamente. O Programa realiza atendimentos com equipe de assistente social, psicóloga e advogada, para atendimento e encaminhamentos de casos de mulheres em situação de violência doméstica. Na primeira visita, ocorrida em maio deste ano, foram 91 atendimentos realizados.

O MMIRJDH, através da SPM, também vem promovendo o fortalecimento e ampliação de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência. No período de 2014 a 2015, ocorreu a implantação do Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher (NEAM), o qual começou a funcionar em junho de 2015 com equipe técnica completa (assistente social, psicólogo/a, advogada/o e administrador/a).

Foi integrada à estrutura do NEAM, uma viatura policial que foi entregue à Delegacia do município de Cavalcante no ano de 2012. Para reforçar estas ações, foi publicada uma Portaria do Ministério da Justiça (MJ) para implantar uma Patrulha Maria da Penha Rural em 2016. Atualmente, os desafios consistem na capacitação de policiais civis para o atendimento às mulheres vítimas de violência e a divulgação do novo serviço para os demais parceiros da Rede de Atendimento e para as mulheres em geral, tanto da área urbana, quanto da rural.

O fortalecimento da sociedade civil para o controle social e atuação como agentes multiplicadoras de informação e acesso a direitos ocorre por meio da articulação do "Projeto Jovens Kalungas conhecem seus direitos", com previsão de 7 oficinas, a partir de novembro de 2015, sendo uma a cada semestre. As atividades possuem como objetivo informar, sensibilizar e mobilizar adolescentes e jovens (mulheres e homens) das comunidades rurais da região de Cavalcante sobre seus direitos e acesso a serviços da rede de atendimento à violência. Além do Projeto,



Encontro de Mulheres Quilombolas promovido pela Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
Créditos: Lidianne Carvalho Amorim de Sousa – SECOMT/SEPPPIR/MMIRJDH.

há a previsão de lançamento de edital em 2016 para formação de Promotoras Legais Populares Rurais, com o intuito de formar pelo menos um grupo de promotoras rurais da região.

A emissão de documentação civil constitui ação proposta por parte do MDA, mediante a realização de mutirões de documentação em 2016. As datas previstas para a realização dos mutirões nos municípios de Cavalcante e Teresina de Goiás são, respectivamente, de 18 a 24 de setembro e de 13 a 19 de novembro, ambos em 2016. A equipe do MDS detectou a necessidade de fortalecimento da rede regional de assistência social, ação para a qual se faz necessária reunião com a gestão da assistência social do Estado de Goiás, sendo oportuna a realização de reuniões integradas com os governos municipais de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, e o Governo do Estado.



Jéssica dos Santos Fernandes, jovem quilombola participante das atividades da Oficina de Gestão Territorial no Território Kalunga. Créditos: Francinete Pereira da Cruz – SECOMT/SEPP/IR/MDH.



Encontro de música instrumental de Cavalcante 2014
Créditos: Weverson Paulino – Namuchila Expedições Fotográficas

O MTur promoveu a divulgação da temática referente à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo por meio de palestras de sensibilização e distribuição de materiais publicitários. No total, 677 pessoas passaram por tal sensibilização e pretende-se atingir mais 600 entre 2015 e 2016.

A pauta educacional revela sérias dificuldades a serem superadas. O MEC informa não haver dados atualizados sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e construção de escolas em relação aos três municípios em que se situa a comunidade. O Ministério relata também o atendimento, entre 2012 e 2014, no contexto do Programa Brasil Carinhoso, a 57 alunos no município de Cavalcante e 39 em Monte Alegre de Goiás, enquanto não se verificou adesão ao Programa em Teresina de Goiás.

A não adesão dos três municípios resultou, igualmente, na inexistência de ações no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), uma vez

que o atendimento depende da demanda por parte do sistema de ensino municipal e estadual. Da mesma forma, em relação ao ProJovem CAMPO – Saberes da Terra, houve o repasse de recurso ao município de Cavalcante, em atenção ao Edital de Convocação que previu a apresentação de Projetos pelas Secretarias Estaduais de Educação e Instituições Públicas de Ensino Superior, ao passo que em relação aos municípios de Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás não houve adesão ao Programa.

Por seu turno, houve ainda a aquisição de ônibus para transporte escolar entre 2009 e 2012, por meio do Programa Caminho da Escola, para os três municípios – dois em Cavalcante; 3 em Monte Alegre de Goiás e um em Teresina de Goiás. Houve adesão dos três municípios ao Programa Mais Educação, por intermédio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Interativo, contemplando seis escolas em Cavalcante; nove em Monte Alegre de Goiás; e quatro em Teresina de Goiás.



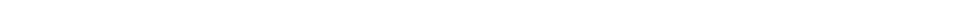
Pescador quilombola do Território Kalunga
Créditos: Weverson Paulino – Namuchila Expedições Fotográficas

Ademais, no que se diz respeito às políticas de saúde, no âmbito da Estratégia Saúde da Família e do Programa Mais Médicos, o MS informa não dispor de ações diretas na comunidade, tendo encaminhado nota técnica referente aos valores repassados aos municípios da região.

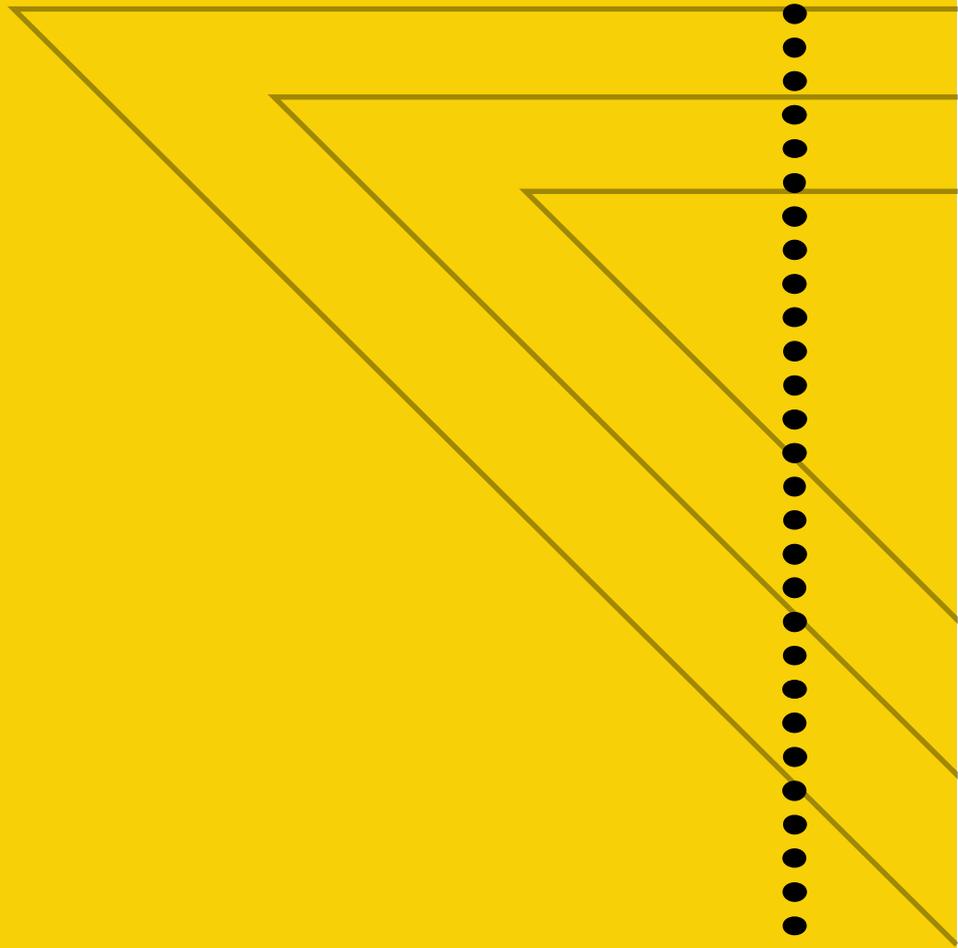
As ações de distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, bem como a assistência jurídica a comunidades em situação de conflito, atribuições da FCP/MinC, encontram-se em planejamento, segundo informação da própria Fundação, ainda não havendo informações específicas sobre ações a serem desenvolvidas em 2016.

Destaca-se, ainda, a necessidade de apresentação do presente Plano para as famílias quilombolas do território Kalunga e a articulação da SEPPIR para a efetivação da participação dos representantes quilombolas na discussão sobre o Plano e seu posterior monitoramento por parte desta comunidade.

O propósito de garantir meios que possibilitem o controle social no decorrer da implementação das ações aqui apresentadas proporcionarão uma maior efetividade nos resultados a serem alcançados. Nesse mesmo sentido, faz-se necessário a articulação de ações junto aos municípios envolvidos e Governo do Estado para a execução das ações aqui propostas, com a necessidade de realização de agendas de trabalho e planejamento conjunto, a partir das proposições ora apresentadas no Plano.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Plano busca apresentar o conjunto de ações no âmbito do PBQ para o território Kalunga, como resultado do esforço de articulação institucional e atuação dos órgãos envolvidos visando a implementação das ações integradas do Programa neste território quilombola.

Com a construção do Plano de Ações, torna-se importante a criação de uma comissão integrada pelas lideranças da comunidade, em respeito ao direito de consulta a povos e comunidades tradicionais, conforme previsto pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A SEPIIR/MMIRJDH, como coordenadora do Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola (CGASQ), realizará o monitoramento do Plano, através da articulação contínua com os órgãos envolvidos na execução das ações, bem como discussão de planejamento a respeito de novas iniciativas que se fizerem necessárias durante a implementação deste Plano.

A divulgação do Plano de Ações do Quilombo Kalunga é fundamental para dar visibilidade às ações pactuadas pelos diversos órgãos do Governo Federal, ampliando, desta forma, o controle social da comunidade quilombola Kalunga.



Diálogo do Governo Federal com a comunidade Kalunga sobre o Plano de Ações do Quilombo Kalunga
Créditos: Maria das Graças Serafim Cabral – SECOMT/SEPIIR/MMIRJDH



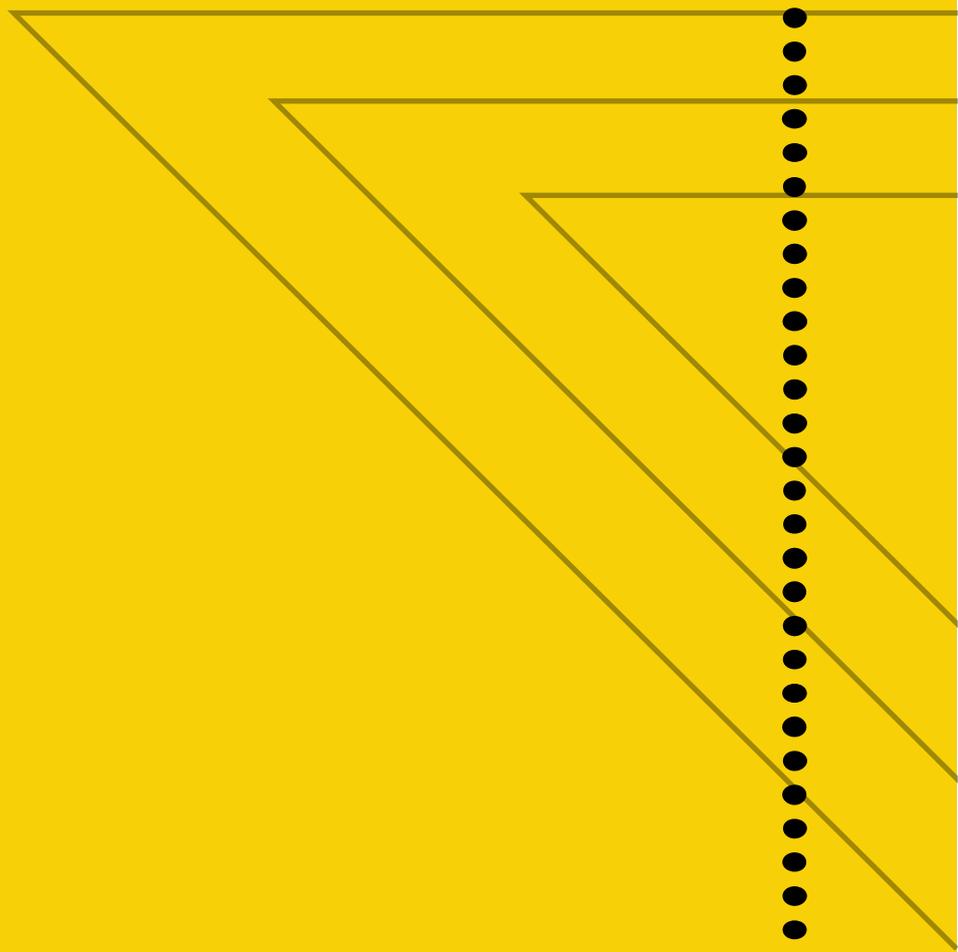
Rio Prata
Créditos: Francinete Pereira da Cruz – SECOMT/SEPP/IRJDH



ANEXOS

1. PLANILHA COM AS AÇÕES DETALHADAS POR MINISTÉRIO

2. MAPA DO TERRITÓRIO KALUNGA



Plano Kalunga – Ações do Governo Federal

Os dados apresentados a seguir foram elaborados no segundo semestre de 2015 e são de responsabilidade dos órgãos

ÓRGÃO	PROGRAMA/ AÇÃO	ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO ATUAL	METAS
MDA	Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (emissão de DAP); • Sensibilização das entidades emissoras de DAP para emitir o documento • Instituição vencedora da Chamada de Ater e fomento (Brasil Sem Miséria) poderá auxiliar na emissão de DAP para quilombolas. 	Até o momento já foram emitidas 483 DAP. A previsão é atingir a meta ainda no primeiro semestre de 2016	1.100 DAP emitidas
	Assistência Técnica e Extensão Rural e Fomento (Plano Brasil Sem Miséria)	Relançar a chamada para atender 1.100 famílias em 2016.	Em 2014 foi assinado contrato para execução dos serviços de Ater e Fomento; no entanto a entidade não executou os serviços. Está em trâmite, o cancelamento do contrato e republicação da chamada.	1.100 famílias atendidas
	Selo Quilombos do Brasil	Identificação dos produtores/as e grupos produtivos que possam acessar o Selo	Até o momento existe um levantamento de 150 empreendimentos quilombolas; Já foram expedidos três selos. A previsão é atingir a meta ainda no primeiro semestre 2016	20 Selos emitidos
	Documentação civil	Elaboração de cronograma de atendimento nas comunidades, com prévio levantamento da demanda por número de pessoas e gênero, bem como do tipo de documento necessitado (RG, CPF, CTPS). Da mesma forma, para o próximo ano, com posse das demandas dos demais municípios, será possível a inclusão dos mutirões no início do cronograma anual.	Encontra-se em elaboração o planejamento da ação. O cronograma para realização dos mutirões de documentação civil deve ser construído em conjunto com as comunidades.	A previsão é universalizar o acesso a documentação até o final de 2017
	Equipamentos para recuperação de estradas vicinais	Identificar as possibilidades para que os equipamentos do PAC 2 possam auxiliar no acesso às comunidades Kalungas. Agenda com as prefeituras de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás.	Os três municípios receberam os seguintes equipamentos do PAC 2: retroescavadeiras, motoniveladora e caminhão caçamba. Em seguida, deve-se articular plano para utilização do maquinário com participação das Prefeituras Municipais e da comunidade.	*NI
	Arca das Letras	Dilulgação do Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras nas comunidades que ainda não acessaram o Programa. Identificação das comunidades que desejam receber o Programa, entrega da Arca das Letras e capacitação dos agentes de leitura.	Conforme dados de setembro de 2014, foram implantadas 26 Arcas das Letras no Território Kalunga: Cavalcante (13); Monte Alegre (9) e Teresina de Goiás (4); e capacitados 51 agentes de leitura: Cavalcante (25); Monte Alegre (18) e Teresina de Goiás (8)	Previsão de universalizar o acesso à Arca das Letras até o final de 2017 e relizar dois encontros de capacitação envolvendo os agentes de leitura (2016 e 2017)
	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território Étnico Kalunga	Contratação de um consultor para a elaboração do Plano.	O municípios do Território Kalunga fazem parte do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros	Plano elaborado em 2016

*Dado não informado

ÓRGÃO	PROGRAMA/ AÇÃO	ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO ATUAL	METAS
INCRA/ MDA	Regularização fundiária.	Viabilizar equipes e recursos para análise de documentos de domínio, medição/demarcação das propriedades e avaliação dos imóveis rurais nesta situação. Emissão de títulos coletivos Articulação com o governo do estado para a titulação de 63 mil hectares de terras estaduais.	Processo de regularização fundiária encontra-se em fase de desintrusão. As áreas com processo de desapropriação ainda não ajuizado são de aproximadamente 149 mil hectares, somadas aos 63 mil hectares, aproximadamente, de terras devolutas do estado.	149 mil hectares

ÓRGÃO	PROGRAMA/ AÇÃO	ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO ATUAL	METAS
MDS	Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	Capacitar as comunidades para acesso ao PAA, nos casos de excedente de produção.	Não há registro de famílias quilombolas dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás que tenham comercializado alimentos para o PAA nos últimos anos. Igualmente, os municípios acima citados não firmaram Termo de Adesão ao PAA.	não se aplica
	Assistência Social – CRAS e CREAS	Identificou-se a necessidade de implantação de CREAS e CRAS nos três municípios em que se encontra o território.	A equipe da SNAS fez uma visita à comunidade Vão de Almas em Cavalcante, a qual teve a participação da Secretaria de Estado/Superintendência da Igualdade Racial do Estado de Goiás, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal da Igualdade Racial e da Mulher e equipe do CRAS de Cavalcante.	*NI

***Dado não informado**

ÓRGÃO	PROGRAMA/ AÇÃO	ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO ATUAL	METAS
FCP/ MinC	Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	Número de cestas autorizadas por comunidade: Kalunga/Cavalcante (915); Kalunga/Monte Alegre (410); Kalunga/Teresina (210); Abobreira/Teresina (40); Tapa Olho/Teresina (30) – TOTAL 1605	Cestas autorizadas	Ações para 2016 em planejamento
	Assistência jurídica a comunidades em situação de conflito	*NI	*NI	*NI

ÓRGÃO	PROGRAMA/ AÇÃO	ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO ATUAL	METAS
MTUR	Ações da produção associada e desenvolvimento local	No âmbito da produção associada encontra-se em execução no território Kalunga, o convênio nº 813101/2014, celebrado em decorrência do Edital de Chamamento Público nº 01/2014. Municípios contemplados: Cavalcante e Teresina de Goiás. Objeto: Apoiar a organização e o fortalecimento de comunidades localizadas no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga para a gestão de serviços turísticos.	A execução do convênio encontra-se em fase de realização do processo licitatório para contratação dos serviços previstos no Plano de Trabalho aprovado.	Sistematizar a gestão das atividades turísticas desenvolvidas por 4 comunidades e a gestão financeira das 4 associações existentes do Território Kalunga; Qualificar 60 integrantes da comunidade para a gestão do turismo e para a gestão das associações; e Promover os produtos turísticos e associados identificados, criados e desenvolvidos.
	Ações de infraestrutura	*NI	Realização de ações de infraestrutura nos municípios de Cavalcante e Monte Alegre de Goiás: centros de atendimento a visitantes, construção da Casa do Artesão.	*NI
	Programa Turismo Sustentável e Infância	Divulgação da Temática referente à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo através de palestras de sensibilização e distribuição de materiais publicitários.	1336 pessoas sensibilizadas entre Out/2014 e Set/2015. Foram 18 seminários de sensibilização abrangendo 14 estados e o Distrito Federal. Ações de sensibilização, em conjunto com a PETROBRAS, previstas para os dias 29/10/2015 e 10/11/2015, nos municípios de Rio Grande/RS e Carmópolis/SE, respectivamente. No Estado de Goiás foram sensibilizadas 677 pessoas em 2015.	600 pessoas sensibilizadas.
	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC Turismo	Realização de cursos de qualificação profissional nas cidades de Cavalcante e Teresina de Goiás.	Previsto	Teresina de Goiás/GO: Agente de Informações Turísticas Total: 20 vagas

*Dado não informado

ÓRGÃO	PROGRAMA/ AÇÃO	ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO ATUAL	METAS
SDH/ MMIRJDH	Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR	Construção de projeto com a UnB para elaboração de diagnóstico acerca das comunidades do território Kalunga para implementação do PAIR no território; Construção do PAIR Quilombola.	Projeto em elaboração com a UnB.	Projeto concluído em 2016.
	Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAM	Monitoramento das denúncias de violação de direitos.	Foram realizadas visitas in loco, para a apuração das denúncias.	-

ÓRGÃO	PROGRAMA/ AÇÃO	ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO ATUAL	METAS
MS	Informou não dispor de ações diretas na comunidade. Encaminhou notas técnicas sobre as ações e programas do Departamento de Atenção Básica, com informe quanto aos repasses para os municípios em que se localiza a comunidade.			

ÓRGÃO	PROGRAMA/ AÇÃO	ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO ATUAL	METAS
MME	Programa Luz para Todos	Fornecimento de energia elétrica em benefício de 850 famílias	Obras em curso desde 10/11/2015, com início na comunidade Vão de Almas.	850 famílias atendidas pelo Programa Luz Para Todos

ÓRGÃO	PROGRAMA/ AÇÃO	ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO ATUAL	METAS
MTE	Economia Solidária	Elaboração de plano de etnodesenvolvimento e Economia Solidária com a identificação e apoio aos empreendimentos econômicos solidários do território Kalunga; Cadastramento de empreendimentos no CADSOL (Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários); Assessoramento aos empreendimentos nas temáticas do cooperativismo e associativismo; comercialização.	Edital de Chamada Pública para apoio a Redes de Cooperação em Economia Solidária definindo como grupo populacional prioritário propostas com ênfase na promoção do etnodesenvolvimento por meio da organização de redes de cooperação solidária compostas por povos e comunidades tradicionais em áreas tituladas e em fase de titulação, estando aberta a apresentação de propostas de OSCs para o território kalunga.	1 rede de cooperação de economia solidária apoiada no território Kalunga.

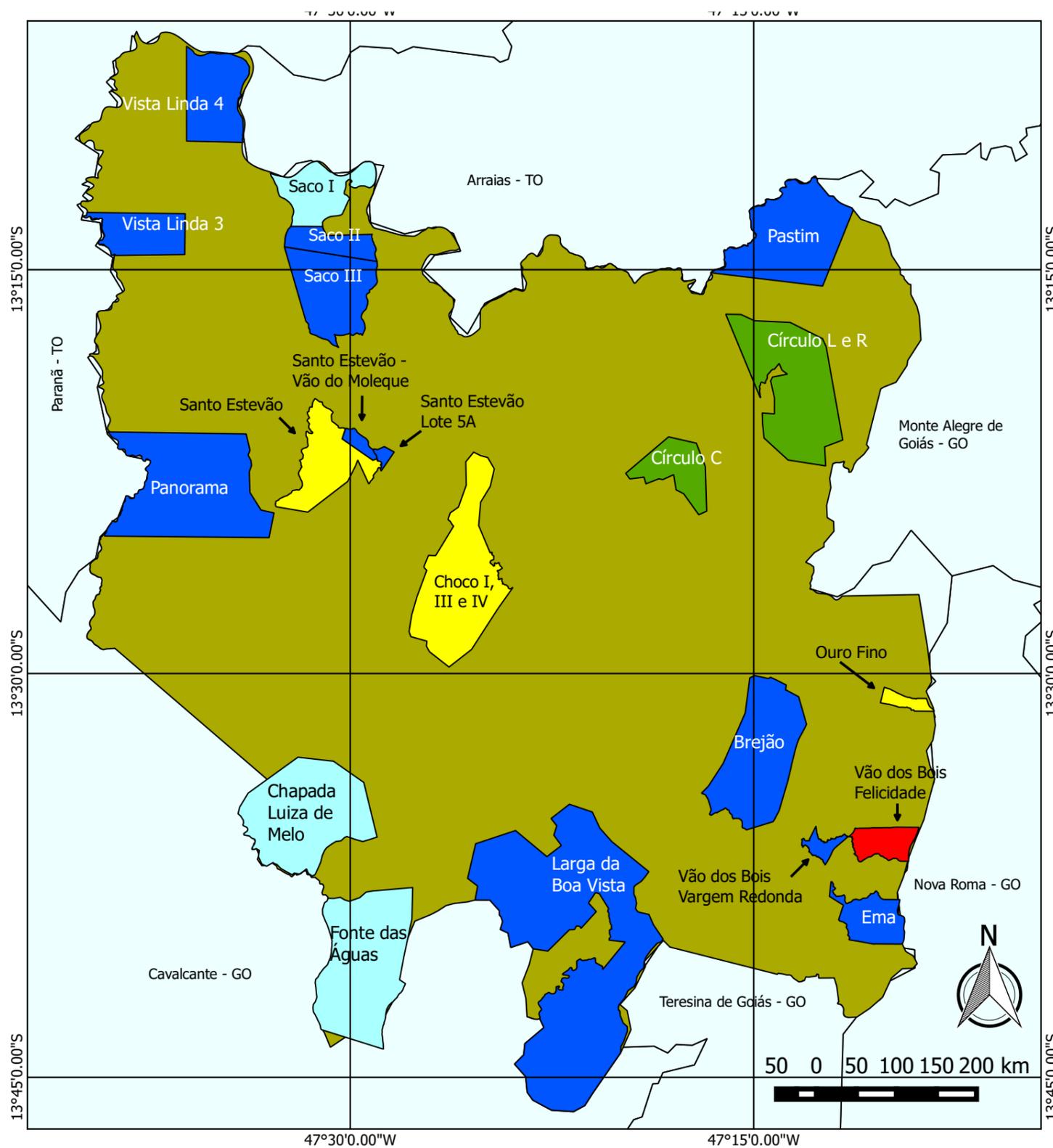
ÓRGÃO	PROGRAMA/ AÇÃO	ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO ATUAL	METAS
SPM/ MMIRJDH	Programa Mulher Viver sem Violência – Unidade móvel para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta	Equipamento móvel (ônibus) doado pela SPM (valor de R\$ 549 mil para cada unidade, total de duas unidades), gerido pelo Governo do Estado, realiza atendimentos com equipe de assistente social, psicóloga e advogada para atendimento e encaminhamentos de casos de mulheres em situação de violência doméstica. (Convênio 8112013/2014)	Em implementação. Primeira visita realizada nos dias 28 e 29/5/ 2015, com 91 atendimentos realizados.	Pelo menos 1 visita por semestre
	Fortalecimento e ampliação de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência	Implantação do Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher – NEAM (2014/2015). O convênio contemplou compra de mobiliário, computadores, material de informação e contratação e capacitação da equipe multidisciplinar. (Convênio 172/2009)	Em implementação. Núcleo começou a funcionar em junho de 2015 com equipe técnica completa (assistente social, psicólogo/a, advogada/o e administrador/a). Desafio atual é a divulgação do novo serviço para demais parceiros da Rede de Atendimento e para as mulheres em geral, na cidade e na área rural.	1 NEAM
		Entrega de viatura policial à Delegacia de Cavalcante a qual deve atender o NEAM do município (Convênio 175/2012).	Viatura foi entregue em 2012 e está à disposição para utilização das demandas do NEAM. Desafio atual, desde inauguração do Núcleo, é capacitar policiais civis para o atendimento às mulheres vítimas de violência.	1 viatura
		Implantação da Patrulha Maria da Penha Rural (parceria com Ministério da Justiça)	Publicada Portaria Ministerial para criação de grupo de trabalho que definirá as diretrizes para criação do novo serviço. Desenho em fase inicial de elaboração.	1 patrulha para a região
	Fortalecimento da sociedade civil para controle social e atuação como agentes multiplicadoras de informação e acesso a direitos.	Projeto Jovens Kalungas conhecem seus direitos	Em articulação: Oficinas de informação, sensibilização e mobilização de adolescentes e jovens mulheres e homens das comunidades rurais da região de Cavalcante sobre seus direitos e acesso a serviços da rede de atendimento à violência.	7 oficinas, 1 por semestre
		Formação de Promotoras Legais Populares Rurais	Edital para seleção de entidades para formação de lideranças rurais em fase inicial de desenho.	Formar pelo menos 1 grupo de PLP rurais da região

ÓRGÃO	PROGRAMA/ AÇÃO	ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO ATUAL	METAS
MEC	Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Cardápio Diferenciado	Iniciativa de monitoramento de cardápio diferenciado para escolas quilombolas. Repasse direto aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.	Cavalcante – Valor total repassado até 08/2015. Teresina de Goiás – Valor Total repassado até 04/2015; Monte Alegre – Valor total repassado até 08/2015.	A meta dependerá do número de alunos cadastrados no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento
	Construção de escolas	As prefeituras devem apresentar projetos via PAR (Plano de Ações Articuladas)		
	Programa Brasil Carinhoso	Repasse de recurso ocorre por meio do PAR para os municípios desenvolverem as ações/programas.	Cavalcante – 57 alunos atendidos da educação infantil (2012/2014) Monte Alegre de Goiás – 39 alunos da educação infantil (2012/2014) Teresina de Goiás - não houve adesão ao Programa.	O atendimento depende da demanda do sistema de ensino municipal e estadual.
	Programa Caminho da Escola	Aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizado pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar.	Cavalcante – 02 ônibus (2009/2012) Teresina de Goiás – 01 ônibus (2010) Monte Alegre de Goiás – 03 ônibus (2009/2012)	O atendimento depende da demanda do sistema de ensino municipal e estadual.
	Programa Mais Educação	Adesão ao Programa pelas escolas com Unidade Executora por meio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) Interativo.	Cavalcante – Total de escolas: 06; Monte Alegre de Goiás – Total de escolas: 09; Teresina de Goiás – Total de escolas: 04.	O atendimento depende da demanda do sistema de ensino municipal e estadual.
	Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO	Repasse de recurso por meio do PAR para os municípios desenvolverem as ações/programas. Declaração no Censo Escolar quanto a inexistência de fornecimento de água para consumo humano no ano anterior ao do atendimento.	Cavalcante – Não aderiu a nenhuma Ação do PRONACAMPO; Teresina de Goiás – Não aderiu a nenhuma Ação do PRONACAMPO; Monte Alegre de Goiás – Não aderiu a nenhuma Ação do PRONACAMPO.	O atendimento depende da demanda do sistema de ensino municipal e estadual. Com exceção da Ação PDDE Água e PDDE Campo que dependerá do nº de escolas declaradas não existencia de água para consumo humano, informado no Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento.
	ProJovem CAMPO – Saberes da Terra	Apresentação de Projetos pelas secretarias estaduais de educação e instituições públicas de ensino superior, em consonância com um edital de convocação.	Cavalcante – Em 16/01/2015 foi repassado recurso para o Programa. Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás não aderiram ao Programa.	A demanda depende da iniciativa do estado e das IPES.

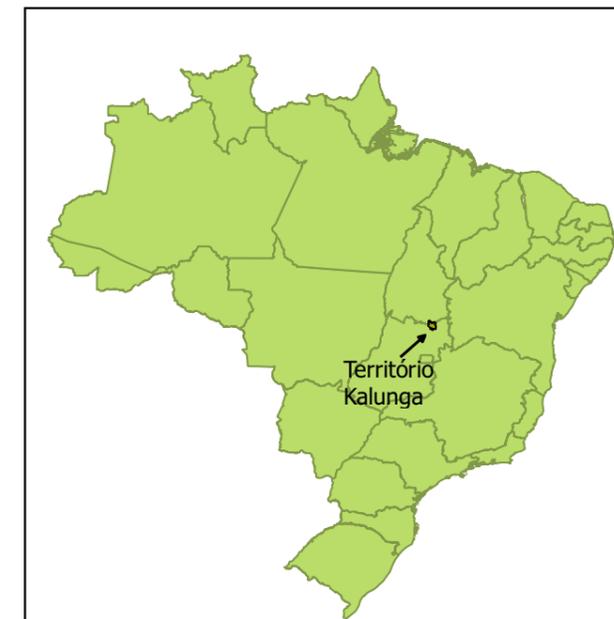
*Dado não informado

Território Quilombola Kalunga

Imóveis em Fase Avançada para Desapropriação



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



CONVENÇÕES

Datum: SIRGAS 2000

Legenda

- Aguardando recurso financeiro - área: 7.227,30 ha
- Ajuizado - área: 10.476,77 ha
- CCDRU emitido - área: 35.368,16 ha
- Posse suspensa - área: 484,00 ha
- Título Definitivo emitido - área: 6.029,33 ha
- Território Quilombola Kalunga - área: 261.999,69 ha
(população: 3.531 pessoas - levantamento FUBRA, 2004)

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 Superintendência do Distrito Federal e Entorno- SR 28
 Divisão Ordenamento da Estrutura Fundiária

Território Quilombola Kalunga
 Imóveis em Fase Avançada para Desapropriação

Data	ABRIL / 2016	Município / UF	Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás - Goiás	Escala	1:300.000
Fonte	Acervo Fundiário - INCRA Cartografia SR 28/DFE	Resp. Técnico:	Ramon Chaves de Araújo	Conferente:	
		Desenhista:			

Secretaria Especial de
**Políticas de Promoção
da Igualdade Racial**

Ministério das
**Mulheres, da Igualdade Racial,
da Juventude e dos Direitos Humanos**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA